



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 10 de janeiro de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2527

- a contar de 07 de janeiro de 2019, a Portaria n.º 3584/2018, que designou, para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, a servidora ENEIDA FÜHR KUHN, Assessora - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3446174, para auxiliar a 4ª Promotoria de Justiça Criminal de Porto Alegre, uma vez por semana (Port. 0007/2019).

AUTORIZAR

- a servidora CAROLINE DIAS BOFF, Agente Administrativo, ID n.º 4369726, a afastar-se de suas funções para participação no Curso de Formação Profissional, fase integrante do Concurso Público de Ingresso na Carreira de Inspetor de Polícia, pelo período de 21 de dezembro de 2018, até o término do Curso a ser ministrado na Academia de Polícia Civil, nos termos da Lei Estadual n.º 15.145/18, e do artigo 64, inciso XII, da Lei Complementar n.º 10.098/94, sem ônus para o Ministério Público, devendo manter contribuição mensal obrigatória de 14% (quatorze por cento), para o Instituto de Previdência do Estado, de acordo com o artigo 25 da Lei Complementar n.º 15.142/18 (Port. 0008/2019).

EXONERAR

- a contar de 26 de novembro de 2018, a servidora MORGANA SOARES BRASIL, ID n.º 3814416, do cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, deste Órgão (Port. 0011/2019).

NOMEAR E HABILITAR PARA POSSE

- a contar de 26 de novembro de 2018, MORGANA SOARES BRASIL, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão (Port. 0012/2019).

NOMEAR

- LUCAS MATIAS FREITAS DE ALBUQUERQUE, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 25% (vinte e cinco por cento), deste Órgão (Port. 0013/2019).

CONSIDERAR

- habilitado para tomar posse, a contar de 17/12/2018, no cargo de Agente Administrativo, classe "M", , ADALGIR ARLEI BERTOLLO, tendo entrado em exercício em 09/01/2019.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de janeiro de 2019.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DO TERMO DE CONVÊNIO Processo PR.01075.09556/2018-0

PARTES: O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ n.º 93.802.833/0001-57 e Faculdade Integrada de Santa Maria Ltda. - FISMA, inscrita no CNPJ/MF n.º 01.763.991/0001/27; **OBJETO:** Celebração de Termo de Convênio entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; **PRAZO:** 5 (cinco) anos; **DATA DA ASSINATURA:** 14/12/2018; Benhur Biancon Junior, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Edgar Cesar Durante, Coordenador de Estágios.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09/01/2019.

SÚMULA DO 2º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS UAJ Nº 193/2016 PROCESSO Nº 002038-09.00/16-0 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2016

CONTRATADA: VIGISAT COMÉRCIO DE ELETROELETRONICOS EIRELI ME; **OBJETO:** prorrogar a vigência do contrato, por 2 (dois) meses, a contar de 17 de janeiro de 2019; **VALOR TOTAL:** R\$ 554,38; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e cláusula sétima do ajuste. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 09 de janeiro de 2019; **ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**, Diretor-Geral.

SANÇÃO ADMINISTRATIVA PROCEDIMENTO Nº 02405.000.174/2018

Com relação à decisão de penalização de J ROLIM EMPREITEIRA – ME, publicada nas páginas 2 e 3 do Diário Eletrônico deste Ministério Público Estadual Gaúcho de 09 de janeiro de 2019, esta Procuradoria-Geral de Justiça notifica a empresa para que efetue o pagamento da multa compensatória (R\$ 1.000,00) no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente notificação. Para maiores informações acerca do depósito, deverá ser contatada a Unidade de Gestão de Contratos (telefone 51 3295-8240). Ressalta-se, ainda, que, transcorrido o prazo sem que seja efetuado o pagamento, o caso será encaminhado à Procuradoria-Geral do Estado para cobrança judicial, bem como será realizada a inscrição da empresa no CADIN/RS. De outra banda, este Órgão Ministerial, na presente data, inscreveu a empresa no CFIL/RS, para dar efetividade à sanção de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Rio Grande do Sul por 06 (seis) meses.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de janeiro de 2019.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 188/2017 PROCEDIMENTO Nº02405.000.226/2017 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 138/2017

CONTRATADA: SOFTEXPERT SOFTWARES S.A.; **OBJETO:** prorrogar a vigência do contrato, por 12 (doze) meses, a contar de 19 de janeiro de 2019 e alterar a classificação orçamentária do item suporte e manutenção (1.6) para a seguinte: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.40, Rubrica 4007; **VALOR TOTAL:** R\$ 49.680,00; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e na cláusula décima primeira do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de janeiro de 2019.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 208/2018
PROCEDIMENTO Nº 02405.000.277/2018
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2018**

CONTRATADA: TECNOLÓGICA CONFORTO AMBIENTAL LTDA. EPP; **OBJETO:** prestação de serviços de manutenção de 03 (três) resfriadores de líquido (chillers) do sistema de ar



condicionado central da Sede Institucional do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, da marca TRANE, tipo parafuso, com módulo de controle microprocessado CH 530 e condensação à água, **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses; **VALOR MENSAL:** R\$ 9.000,00 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3931; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.ºS 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.ºS 33/08 e 47/05, Lei Complementar n.º 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n.ºS 8.666/93 e 10.520/02, Provimento PGJ/RS n.º 54/02 e pelo Decreto Estadual n.º 42.434 /03. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 09 de janeiro de 2019. **ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**, Diretor-Geral.

SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL PROCEDIMENTO N.º 02405.000.277/2018

O **DIRETOR-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Fábio Generosi e, como seu substituto, o servidor Thiago Silva Oliveira. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 09 de janeiro de 2019. **ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**, Diretor-Geral.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 03/2019 (PGEA n.º 00588.000.811/2018) **Tipo:** Menor preço por item. **Objeto:** Registro de Preços, por 12 (doze) meses, de aparelhos de ar-condicionado tipo *split*, conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 23/01/2019, às 13 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 24/01/2019, às 13 horas. **Local:** www.pregaobanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Estadual n.º 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 09 de janeiro de 2019. **MARIANO WESTPHALEN LORENZON**, Pregoeiro.

EDITAL N. 008/2019

REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

O **SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR**, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça. Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 10 de janeiro de 2019. **BENHUR BIANCON JUNIOR**, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N. 009/2019

Resultado do Edital n.º 273/2018 REMOÇÃO DE OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (DEMP 14/12/2018)

O **SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR**, faz público que, tendo em vista o que consta no PR.00576.00806/2018-4, encontra-se disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/), o resultado da remoção referente ao Edital n.º 273/2018. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 10 de janeiro de 2019. **BENHUR BIANCON JUNIOR**, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 267/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 00786.000.020/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Cível de Guaíba. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Mariana de Azambuja Pires. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Guaíba. **OBJETO:** ILPI de propriedade de Aline Aides Gonçalves. **INVESTIGADO(S):** Aline Aides Gonçalves. **LOCAL DO FATO:** Guaíba.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 00786.000.022/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Cível de Guaíba. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Mariana de Azambuja Pires. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Guaíba. **OBJETO:** ILPI de propriedade de Magnólia Soares Marinho. **INVESTIGADO(S):** Magnólia Soares Marinho. **LOCAL DO FATO:** Guaíba.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 00786.000.021/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Cível de Guaíba. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Mariana de Azambuja Pires. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Guaíba. **OBJETO:** ILPI de propriedade de Edilene Pereira Leite. **INVESTIGADO(S):** Edilene Pereira Leite. **LOCAL DO FATO:** Guaíba.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 00799.000.177/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Jaguari. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Eder Fernando Kegler. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguari. **OBJETO:** Averiguar possíveis irregularidades na prestação dos serviços de saúde no ESF Central e no bairro Riveira, em Jaguari.